

## **Genocídio do Negro no Brasil**

Organização: Maurinete Lima e Eugênio Lima

Não posso e não me interessa transcender a mim mesmo como habitualmente os cientistas sociais declaram supostamente fazer em relação às suas investigações. Quanto a mim, considero-me parte da matéria investigada. Somente da minha própria experiência e situação no grupo étnico-cultural a que pertenço, interagindo no contexto global da sociedade brasileira, é que posso surpreender a realidade que condiciona o meu ser e o define. Situação que me envolve qual um cinturão histórico de onde não posso escapar conscientemente sem praticar a mentira, a traição, ou a distorção da minha personalidade.

Abdias Nascimento em *Genocídio do Negro no Brasil: Um Processo de Racismo Mascarado*. Editora Paz e Terra, 1978.

## **Violência e Escravidão: Conversão do Africano em Negro/Violência da Conversão/Violência Naturalizada**

### **Conversão do Africano em Negro**

Religião/Resistência Afro-Brasileira

Tem dois caminhos: um é através do mar, que é a própria representação da transferência desses povos. Mais que isso, é uma viagem que ajuda a criar o Brasil, que vai ser uma outra nação deles. Então você tem uma viagem pelo mar, que é uma viagem dura, nem todos conseguem a travessia; uma viagem que eles não entendem, porque eles são todos batizados antes do embarque, numa coisa que eles não conheciam... (PRANDI)

**Frente 3 de Fevereiro** – Uma ideia que a gente discute muito é que o negro é um fenômeno tipicamente americano; que aqui você tem um “agregar-se em torno” da ideia de ser negro, né? Porque o africano mesmo, ele é de etnias, várias, e não há essa identidade lá; na medida em que esse indivíduo é introduzido como escravo nas três Américas, você tem essa configuração de um gênero, certo? Um gênero negro – não sei se você concorda com isso, mas é uma ideia que a gente percebe muito, que o gênero negro é uma característica nossa

mesmo. Porque, a partir da introdução desse indivíduo aqui, aponta-se e identifica-se um grupo como negro.

**Prandi** – É, mas é porque na África as sociedades são homogêneas, né? Eles não são negros, eles são eles; não há uma contraposição, não há uma distinção. No Brasil – na América – não só há essa distinção, mas essa distinção é o que decide o destino do negro.

**Frente 3 de Fevereiro** – Sim, exatamente! Mas a gente trabalha com essas duas ideias: de um lado, você tem uma destituição da etnia de origem, um apagamento do seu passado, em que você era pleno, e da sua relação concêntrica. De outro lado, cria-se, a partir dessa designação genérica “negro”, uma relação indivisível com todos os negros da América e do mundo inteiro. Então existe uma relação indivisível, quase beirando a magia, entre o negro brasileiro e o moçambicano, da Mauritânia, da Guiné, francês, de Bangladeche, de onde quer que ele seja. Aliás, a diáspora se efetiva como um elo de ligação, né? E como também a ideia do panteão, com esse poder de síntese; não só acontece isso, como também os orixás, que eram de estruturas extremamente coletivas, eram uma região inteira... No Brasil, você chega a ponto de ter o “pai de cabeça”, quer dizer, tem quase um processo de individuação, uma relação quase que filial – quase não, filial – com o seu orixá. Você tem vários grupos. Na África, tinha um grupo inteiro consagrado ao orixá. E aqui você também tem esse processo de síntese e individuação, onde o terreiro acaba assumindo não só um papel de estrutura espiritual forte de definição, mas também uma síntese de um outro Brasil possível.

**Prandi** – Então... É a mesma coisa na Europa. A Europa é um continente branco, mas é um continente diversificado: entre o branco norueguês e o branco português e italiano há uma certa diferença. Mas isso nunca foi importante, porque isso não fazia distinções econômicas. No Brasil, a origem, a cor da pele sempre foram extremamente decisivos, porque eram sua marca social, definiam quem você era na sociedade. Não era uma sociedade genérica, abstrata, não, era uma sociedade de benefícios, de favores, de vantagens, de supostos direitos; uma sociedade em que você participa não por aquilo que faz, mas por aquilo que aparenta. Quer dizer, na verdade, o negro só virou negro na América mesmo.

**Frente 3 de Fevereiro** – Porque africano é africano... E a diversidade também, né? Porque lá, etnicamente eles têm hábitos, geograficamente eles estão dispostos no continente, que é imenso; você tem uma série de costumes que são diferentes, linguagem... Aqui não, aqui unifica.

**Prandi** – E lá você não pode falar “o negro”, porque cada território é um negro completamente diferente do outro. Ele fala outra língua, ele tem deuses diferentes... Então

não tem a ideia do negro. Cada povoado, cada aldeia é diferente. Aqui não, todos os negros são iguais, todos os negros são negros. Todos os negros são escravos...

**Frente 3 de Fevereiro** – Pois é, exatamente isso: o africano aqui se diluiu entre negro e escravo. Esta conotação precisava ser dada: de ser escravo. E, a partir de “negro”, estabeleceu-se então toda esta conotação: de que você tinha que se estabelecer dentro de um critério, que era ter autoestima baixa. Você era inferior, entendeu? Você tinha isso: nome “africano”. Já aqui no Brasil, teve isso: “africano” versus “negro” e “escravos”. Como diria Ralph Ellison: “Não há nada mais americano do que um negro americano”. Por isso que a primeira palavra que se aprende em inglês é *nigger*, porque o negro te coloca... ninguém está abaixo dele, ele é o seu aferidor social. Ao mesmo tempo que faz isso, dentro dessa mesma lógica, criam-se relações – eu acho que invisíveis – de coexistência e entre esses diversos negros – que também são diferentes entre si –, o que faz com que a gente consiga juntar Malcolm X, Mandela, Zumbi, Bob Seal, o Jazz, o Pastinha, Martin Luther King; todos falam da liberdade e essa luta pela liberdade pode ser adquirida em diversos momentos, sob diversas formas; porque todos estamos ligados dentro de uma mesma situação. Então, de um lado você tem um demérito e, de outro lado, uma grande arma, se utilizada com a consciência de que estamos todos ligados em vários momentos históricos.

**Prandi** – Mas a coisa mais importante na transformação dos diferentes africanos primeiro em escravos e depois em negros americanos foi a destruição da identidade. Identidade é a coisa mais importante que existe para um africano, por uma razão extremamente simples: o tempo do africano é diferente do tempo do ocidental. O tempo do africano é circular, tudo o que acontece já aconteceu e tudo o que acontece acontecerá. E, nesse processo circular, a vida se organiza em renascimentos; aí então você tem a ideia da encarnação como um elemento fundamental. Por isso que o mito é importante; porque o mito conta o seu passado – por isso que é importante saber qual é o seu orixá: se você sabe qual é o seu orixá, sabe qual é o seu passado remoto; desde ali, as coisas apenas se repetem, o que permite a existência, por exemplo, do jogo de búzios. Para que o negro reencarne – o negro africano, não o negro brasileiro; no Brasil isso foi destruído –, ele não pode ser esquecido. A condição básica da reencarnação é não ser esquecido pela sua família; ou seja, quando você morre, continua sendo tratado como alguém da família, né? Agora, como você trata alguém da família? Dando comida, dando bebida, essas coisas; por isso que você faz o sacrifício. O sacrifício nada mais é do que tratar o antepassado, o morto, como alguém da casa, alguém da família, que recebe tudo aquilo. Então, depois de um certo tempo que você é cultuado, coisa e tal, e não é esquecido – e para isso você tem que ter muitos filhos, para que eles se lembrem de você –, é que reencarna na mesma família, que é uma família extensa, diferente da nossa família; uma família que reúne diferentes gerações, e filhos e sobrinhos e primos. Você reencarna ali e, com isso, garante a sua eternidade, não fica por aí, você está sempre voltando ao orum. Agora, se você tira o indivíduo de uma família e apaga a família dele,

quando ele morrer, o ciclo eterno dele deixa de ser possível. Porque, se ele não sabe quem é, se ele não tem uma família que o cultue, se ele está perdido na memória da sua gente, ele não pode reencarnar. Então isso, para o escravo, era a maior tragédia. Tanto que eles inventaram uma coisa, que depois foi copiada pelo candomblé, que são as marcas feitas com agulha. Cada linhagem fazia a sua marca. Se uma criança ou se uma pessoa fosse roubada, fosse perdida como escravo, fosse levada embora, e se um dia ela pudesse voltar, sabia para onde voltar. Portanto, ela reencontrava-se a si mesma, reencontrava-se com sua identidade. Isso era absolutamente decisivo. Até o século XIX, a gente tem muitas fotografias que mostram os escravos com as marcas faciais, que foram confundidas por muito tempo com marcas religiosas – depois elas vieram a se transformar em marcas religiosas mesmo. Como a família do escravo foi destruída, o candomblé foi um jeito de criar uma espécie de nova família, dentro de uma nova possibilidade social e cultural, que é a família de santo, na qual você tem seus irmãos, seu tios, seu primos, sua mãe... Claro que você tem os orixás, que são o seu pai maior, sua mãe maior. E aí cada terreiro, cada linhagem, adota uma marca. Como já não se fazia mais tatuagem na cara, essa tatuagem foi feita numa outra parte do corpo. Atualmente, ela está em desaparecimento, porque, desde o surgimento da Aids, houve grandes campanhas para acabar com essas marcas definitivas, porque elas eram abertas todos os anos, numa cerimônia chamada abertura de cura. E elas são abertas com navalha; tanto na abertura, na iniciação, quanto depois. E essas navalhas... fazia uma fila e a mãe de santo ia abrindo, né? E botando um pó cicatrizante.

Entrevista da Frente 3 de Fevereiro com Reginaldo Prandini. Transcrição de Jerusa Messina. Agosto de 2008.

## **Violência da Conversão**

### Ideologia e Escravidão

A ideologia embutida nas práticas escravistas pode ser resumida em três pontos básicos. Em primeiro lugar, pautava-se na *conversão do africano em negro, através da escravidão* – meio e fim de um mesmo processo. Em segundo lugar, baseava-se numa acentuada *disjunção entre o mundo dos brancos e mundo dos negros*, segregação essencial que definia o lugar das classes através da representação étnica, reiterada dia a dia nas práticas de senhores e escravos. Em terceiro lugar, essa definição dos espaços sociais pela disjunção étnica operava à base de *concessões que viabilizavam a socialização do africano na comunidade negra* (mundo dos escravos), *subordinada à comunidade branca* (mundo dos senhores). Ao lado das concessões funcionava a violência, capaz de garantir, quando necessário, os espaços sociais nos limites da ordem.

Mas não exageremos a dicotomia entre concessões e violência, entre persuasão e coação. A rigor, todo o jogo de concessões senhoriais que apontava para a criação de uma *comunidade negra* nas plantações continha uma grande dose de violência: violência cultural e psicológica que destruía o ethos “africano” do escravo para integrá-lo à nova ordem. E a violência stricto sensu era, antes de tudo, persuasiva: a tortura de um escravo transgressor não se fazia às escondidas, mas à guisa de espetáculo exemplar para um público definido. Os senhores não almejavam destruir a classe que lhes servia de suporte. Demonstrar aos demais escravos os limites da ordem social, eis o objetivo fundamental dos açoites, da máscara de ferro ou das mutilações eventuais.

[...]

No entanto, a disjunção entre brancos e negros forjada na relação das classes trazia graves contradições: para lograr uma clara definição dos espaços sociais e garantir a dominação dos senhores sobre os escravos, a ordem escravista teve que fortalecer a *comunidade negra*, sem o que a socialização do africano seria inviável. Ao fortalecê-la, porém, criava um foco em potencial de desafio à ordem escravista. Não era por acaso que os senhores incitavam rivalidades entre etnias de seus escravos, numa tentativa modesta de minar a *unidade negra* construída pela própria escravidão. E também por isso obrigavam, às vezes, os escravos transgressores a comparecerem diante de seus “governadores negros”, para que estes os julgassem e punissem.

Ronaldo Vainfas em *Ideologia e Escravidão: os Letrados e a Sociedade Escravista no Brasil Colonial*. Editora Vozes, 1986, p 42-44.

## **Campos da Violência**

### **Escravos e Senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808**

#### O Castigo Exemplar

Castigo físico medido, justo, corretivo, educativo: este, o castigo incontestado no mundo colonial. Mas que castigo era este? Como era ele aplicado? Com que instrumentos? Era realmente medido e regado?

Artur Ramos, num artigo pioneiro publicado em 1938, empreendeu uma classificação dos instrumentos de castigo e suplício dos escravos, dividindo-os em instrumentos de captura e contenção, instrumentos de suplício e instrumentos de aviltamento.<sup>1</sup> Para prender o escravo, usavam-se correntes de ferro, gargalheiras, gorilhas ou golilhas (que se prendiam ao pescoço), algemas, machos e peias (para pé e mão), além do tronco (um pedaço de madeira dividido em duas metades com buracos para a cabeça, os pés e as mãos) e do viramundo

---

<sup>1</sup> Artur Ramos em *Castigos de Escravos*. RAMSP, 47, 1938, p. 79-104.

(espécie de tronco, de tamanho menor, de ferro). A máscara de folha de flandres era usada para impedir o escravo de comer cana, rapadura, terra ou mesmo engolir pepitas e pedras. Os anjinhos (anéis de ferro que comprimiam os polegares) eram usados muitas vezes para se obter confissões. Nas surras, usava-se o bacalhau (chicote de rabo curto, de couro ou de madeira, com cinco pontas de couro retorcido) ou a palmatória. Ferros quentes com as iniciais do senhor, ou com a letra F para os que fugiam, também eram utilizados, assim como libambos (angola de ferro presa ao pescoço da qual saía uma haste longa, também de ferro, dirigida para cima e ultrapassando a cabeça do escravo, com chocalhos ou sem eles nas pontas), e até mesmo placas de ferro com inscrições.

Tais instrumentos, especialmente os de ferro, ainda são facilmente encontráveis em diversos museus que guardam peças do período colonial e encontram-se descritos e desenhados por diversos viajantes. Concordando com o próprio Artur Ramos, lembramos que esta classificação é arbitrária e provisória: facilmente um instrumento de captura se transforma em suplício ou tem efeito de aviltamento moral.

Nos processos consultados, não encontramos grande variedade de instrumentos de castigo. As referências são constantes apenas quanto aos açoites, troncos e grilhões: escravos que foram açoitados nas nádegas, nas pernas ou nas costas por um trabalho malfeito, por terem fugido ou ameaçado fugir, por furto. Dois casos merecem atenção especial: o escravo chicoteado nas costas, cujos ferimentos foram cobertos com carvão moído, tendo pés presos com grilhões; e o do escravo surrado com relho, pau, palmatória e coices, porque furtara uma leitoa na vizinhança. A simples descrição arqueológica dos instrumentos de castigo, entretanto, não cobre as características do castigo senhorial dos escravos, na medida em que diversos outros objetos podiam tornar-se também “instrumentos de castigo”. Por outro lado, nos registros municipais aparecem algemas, correntes e grilhões que são encomendados pelos carcereiros e utilizados no transporte ou na contenção de presos, sejam eles escravos ou não.

Um regimento passado por um senhor de engenho de Pernambuco ao seu feitor-mor, na segunda metade do século 17, estipulava, entre outras determinações, que: “O castigo que se fizer ao escravo não há de ser com pau nem tirar-lhe com pedras e tijolos, e quando o merecer, o mandará botar sobre um carro e dar-se-lhe-á com um açoite seu castigo, e depois de bem açoitado, o mandará picar com uma navalha ou faca que corte bem e dar-lhe-á com sal, sumo de limão e urina e o meterá alguns dias na corrente; e, sendo fêmea, será açoitada à guisa de baiona (sic) dentro de uma casa com o mesmo açoite”.<sup>2</sup> “Outro

---

<sup>2</sup> “Regimento que há de se guardar o feitor-mor de engenho para fazer bem sua obrigação e descarregar bem sua consciência e pelo contrário dará conta a Deus e ficará obrigado à restituição ao dono da fazenda” apud: J. A. Gonçalves de Mello, *Um Regimento de Feitor-Mor de Engenho, de 1663*. Boletim do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 2, 1953, p. 83.

“regimento interno”, escrito por um jesuíta em 1692 para regular a vida no Engenho Pitanga, na Bahia, previa pena de até 24 açoites para crimes comuns cometidos por escravos.<sup>3</sup>

Silvia Hunold Lara em *Campos da Violência: Escravos e Senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Editora Paz e Terra, 1988.

## **Violência Naturalizada**

Apreciações sobre a leitura do prefácio de *Discurso sobre o Colonialismo*, de Aimé Césaire

Aimé Césaire, como Mário de Andrade evidencia, passa pelas mais diversas áreas – literatura, política, etnologia, filosofia e tantas outras. Ele, Césaire, se volta para o racista que se ignora ou o moralista de generosas intenções colonizantes.

Muito oportunamente, Mário de Andrade nos mostra o discurso sobre o colonialismo na sua versão portuguesa, as circunstâncias e o contexto histórico para a Europa, que passava pela Segunda Guerra Mundial. Ele descreve:

“No âmago do principal acontecimento, no amanhã da Segunda Guerra Mundial, modelava o devir dos povos saqueados pela história, a saber: a reconquista da identidade, materializada pela luta de libertação nacional”.

Em 1954, entre as duas edições da obra (1950 e 1955), Césaire publica com a mesma temática *O Colonialismo Não Morreu*.

Toma como exemplo testemunhos de colonialistas autênticos (Albert Sarraut), alguns primeiros (Marechal Bugeaud, Conronel de Montagn, conde d'Hérissou), de administradores (Vigné d'Octon) e escritores (Pierre Loti), mas contém também as denúncias de deputados africanos (Bogunda), pronunciadas em sessões da Assembleia da IV República.

Ele nos mostra todos os horrores praticados pela dominação francesa: na África, em Madagascar, na Indochina e nas Antilhas, revelando o que vem a ser a essência do colonialismo, que se reveste de dois aspectos: um regime de exploração desenfreada de imensas massas humanas que tem sua origem na violência e só se sustenta pela violência; e a forma moderna de pilhagem.

---

<sup>3</sup> Regimento interno escrito pelo padre Barnabé Soares em 27 de dezembro de 1692 para o Engenho Pitanga, pertencente aos jesuítas. Ver Serafim Leite, op. cit., vol. 5, p. 257-258.

Para Césaire, o genocídio é a sua lógica normal e o colonialismo acaba sendo o portador do racismo.<sup>4</sup>

Nisso que o autor denominava catarse coletiva, o colonialismo desciviliza simultaneamente o colonizador e o colonizado.

Diante dessa crítica atroz à forma como se constituía a civilização europeia, ninguém se arriscou a responder aos seus escritos, passou-se a catalogar Césaire entre os negros praticantes de “racismo reverso”, ou pregadores do regresso ao passado nostálgico das tradicionais civilizações africanas, exatamente o momento mais tensionado para os povos colonizados.

Acontecimentos nessa época histórica da África, da Ásia, do Vietnã, da RDA (Rassemblement Démocratique Africain) e FLN (Frente de Libertação Nacional) da Argélia exprimiam o pensamento dos nacionalistas revolucionários.

Por toda parte em que os colonizados se viam incitados a dizer a verdade das lutas populares, seus textos passaram a ser assimilados como a fonte nutridora da revolta e como alavanca de consciência anticolonialista.

Então é essa a razão primeira por que o discurso se tornou uma arma preciosa no combate ideológico – o livro vermelho dos militantes, sendo eles professores primários, jovens, funcionários, sindicalistas ou intelectuais. Segundo os militantes, o impacto desse livro era incisivo porque ia direto ao fundamento, ao vivido pelo colonizado: penetrava no essencial do colonialismo, desvendava as contradições do pensamento burguês, mas também indicava as vias que permitiam triunfar sobre essa vergonha do século XX.

Mário de Andrade ressalta que, se nos ativermos exclusivamente ao discurso, a visão do autor pode parecer hoje marcada por um certo idealismo, e Césaire não negava isso. Mas, adotando o ponto de vista do partido a que pertencia (o Partido Comunista francês), ao concluir a sua exposição, o escritor dirige-se à outra Europa nestes termos:

“De sorte que a Europa Ocidental não toma de moto-próprio na África, na Oceania, em Madagascar... A iniciativa duma política de nacionalidades, a iniciativa duma política nova fundada no respeito dos povos e das culturas: que digo eu? Se a Europa não galvaniza as culturas moribundas ou não suscita culturas novas; se não se torna despertadora de pátrias e civilizações, isto toma em conta a admirável resistência dos povos coloniais, que o

---

<sup>4</sup> Nesse sentido, Jean-Paul Sartre é concordante. Para ele, a anexação da Alsácia-Lorena pela Alemanha, em 1850, foi necessariamente um genocídio cultural: não se pode colonizar sem liquidar sistematicamente os traços particulares da sociedade indígena e, ao mesmo tempo, negar aos seus membros a possibilidade de se integrarem na metrópole e se beneficiarem das suas vantagens. “Les Genocides”, artigo em *Les Temps Modernes*, dezembro de 1967.



vietname simboliza atualmente de maneira esplendorosa, assim como a África da RDA, a Europa terá perdido a sua derradeira oportunidade e, por suas próprias mãos, puxado sobre si o lençol das trevas mortais”.

Mário de Andrade conclui sobre *Discurso sobre o Colonialismo*: “Somos devedores de Césaire por ter levado ao tribunal dos povos os mistificadores do nosso comum destino e reinsuflado ânimo na vaga vibrante do movimento de libertação nacional. Sinal de fidelidade à África e, muito para além, à universalidade”.

“Saudação a Aimé Césaire

Da minha ilha longínqua

Da minha ilha em vigília

Ei vos digo Hô!”

*Discurso sobre o Colonialismo*, Aimé Césaire. Prefácio de Mário de Andrade.

### **Discurso sobre o Colonialismo**

Leitura em Fragmentos

Uma civilização que se revela incapaz de resolver os problemas que o seu funcionamento suscita é uma civilização decadente.

Uma civilização que prefere fechar os olhos aos seus problemas cruciais é uma civilização enferma.

Uma civilização que trapaceia com seus princípios é uma civilização moribunda.

A verdade é que a civilização dita “europeia”, a civilização “ocidental”, tal como a modelaram dois séculos de regime burguês, é incapaz de resolver os dois problemas maiores a que sua existência deu origem: o problema do proletariado e o problema colonial; que essa Europa acusada no tribunal da “razão” como no tribunal da “consciência” se vê impotente para se justificar, e se refugia, cada vez numa hipocrisia tanto mais odiosa quanto menos susceptível de ludibriar.

A Europa é indefensável.

(p. 13)

[...]

O que é, no seu princípio, a colonização?

(p. 14)

[...] *cristianismo = civilização; paganismo = selvageria*, de que só se podiam deduzir abomináveis consequências coloniais e racistas, cujas vítimas haviam de ser os índios, os amarelos, os negros.

[...]

Mas, então, pergunto: *a colonização pôs verdadeiramente em contato?* Ou, se se prefere, era ela a melhor das maneiras para se estabelecer o contato?

Eu respondo *não*.

E digo que, da *colonização à civilização*, a distância é infinita; [...]

(p. 15-16)

[...]

Seria preciso estudar, primeiramente, como a colonização se esmera em *descivilizar* o colonizador, em *embrutecê-lo* na verdadeira acepção da palavra, em degradá-lo, em despertá-lo para os instintos ocultos, para a cobiça, para a violência, para o ódio racial, para o relativismo moral. [...]

no fim desta arrogância racial encorajada, desta jactância ostensiva, há o veneno instilado nas veias da Europa e o progresso lento, mas seguro, do *asselvajamento* do continente.

(p. 17)

[...]

As pessoas espantam-se, indignam-se. Dizem: “Como é curioso! Ora! É o nazismo, isso passa!”. E aguardam, e esperam; e calam em si próprias a verdade – que é uma barbárie, mas a barbárie suprema, a que coroa, a que resume a quotidianidade das barbáries; que é o nazismo, sim, mas antes de serem as suas vítimas, foram os cúmplices; que o toleram, esse mesmo nazismo, antes de o sofrer, absolveram-no, fecharam-lhe os olhos, legitimaram-no, porque até aí só se tinha aplicado a povos não europeus.

[...]

Hitler é o seu demônio, que se o vitupera é por falta de lógica, que no fundo, o que não perdoa a Hitler não é um crime em si, o crime contra o homem, não é a humilhação do homem em si, é o crime contra o homem branco, a humilhação do homem branco e o ter aplicado à Europa processos coloniais a que até aqui só os árabes da Argélia, os “coolies” da Índia e os negros de África estavam subordinados.

[...]

E aí está a grande censura que dirijo ao pseudo-humanismo: o ter, por tempo excessivo, apoucado os direitos do homem, o ter tido e ainda ter deles uma concepção estreita e parcelar, parcial, facciosa e, bem feitas as contas, sordidamente racista.

[...]

(p. 18)

[...]

Onde eu quero chegar? À ideia de que ninguém coloniza inocentemente, nem ninguém coloniza impunemente; que uma nação que coloniza, que uma civilização que justifica a colonização – portanto, a força – é já uma civilização doente, uma civilização moralmente ferida que, irresistivelmente, de consequência em consequência, de negação em negação, chama o seu Hitler, isto é, o seu castigo.

Colonização: testa de ponte numa civilização da barbárie donde pode em qualquer momento desembocar a negação pura e simples da civilização.

(p. 21)

[...] estas cabeças humanas, estas colheitas de orelhas, estas casas queimadas, estas invasões góticas, este sangue que fumega, estas cidades que se evaporam à lamina do gládio, não é a tão baixo preço que nos desembaraçaremos delas. Provam que a colonização desumaniza, repito, mesmo o homem mais civilizado.

[...] tende, inevitavelmente, a modificar quem a empreende; que o colonizador, para se dar boa consciência, se habitua a ver no outro o *animal*, se exercita a tratá-lo como *animal*, tende objetivamente a transformar-se, ele próprio, em *animal*. [...]

(p. 23-24)

Entre colonizador e colonizado, só há lugar para o trabalho forçado, a intimidação, a pressão, a polícia, o imposto, o roubo, a violação, as culturas obrigatórias, o desprezo, a desconfiança, a arrogância, a suficiência, a grosseria, as elites descerebradas, as massas aviltadas.

Nenhum contato humano, mas relações de dominação e submissão que transformam o homem colonizador em criado, ajudante, comitê, chicote e o homem indígena em instrumento de produção.

[...] *colonização = coisificação*

[...]

Eu, eu falo de sociedades esvaziadas de si próprias, de culturas espezinhadas, de instituições minadas, de terras confiscadas, de religiões assassinadas, de magnificências artísticas aniquiladas, de extraordinárias possibilidades suprimidas. [...]

Mas eu falo.

(p. 25)

[...]

Falo de milhões de homens em quem inculcaram sabiamente o medo, o complexo de inferioridade, o tremor, a genuflexão, o desespero, o servilismo.

[...] de economias adaptadas à condição do homem indígena desorganizadas, de culturas de subsistência destruídas, de subalimentação instalada, de desenvolvimento agrícola orientado unicamente para benefício das metrópoles [...]

[...] eu falo de proletarização e de mistificação.

Quanto a mim, faço a apologia sistemática das civilizações para-europeias.

(p. 26)

[...] colonizações passam, as nações dormitam apenas um momento e os povos ficam.

(p. 27)

[...]

Mais uma vez, faço sistematicamente a apologia das nossas velhas civilizações negras: eram civilizações cortesias.

(p. 35)

[...]

Então – dir-me-ão – o verdadeiro problema é retornar a elas. Não, repito. Nós não somos os homens “ou isto ou aquilo”. Para nós, o problema não é uma utópica e estéril tentativa de reduplicação, mas de uma superação. Não é uma sociedade morta que queremos fazer reviver.

[...]

É uma sociedade nova que precisamos criar, com a ajuda de todos os nossos irmãos escravos, rica de toda a potência produtiva moderna, cálida de toda a fraternidade antiga.

[...] eram gente de cultura antiga, delicada e requintada.

(p. 36)

[...] civilizados até a medula! A ideia do negro bárbaro é uma invenção europeia.

(p. 37)

[...] Gobineau dizia: “Só há história branca”. O senhor Calois, por sua vez, constata: “Só há etnografia branca”. É o Ocidente que faz a etnografia dos outros, não os outros que fazem a etnografia do Ocidente.

Intenso motivo de júbilo, não é verdade?

(p. 60-61)

[...] É um facto: a nação é um fenómeno burguês...

[...] os índios massacrados, o mundo muçulmano esvaziado de si próprio, o mundo chinês maculado e desnaturado durante um bom século; o mundo negro desqualificado; vozes imensas extintas para todo o sempre; lares desfeitos; todo este esfrangalhamento, todo este desperdício, a humanidade reduzida ao monólogo e credes que isso não se apaga? A verdade é que a perda da própria Europa está inscrita nesta política e que a Europa, se não se acautelar, parecerá do vazio que criou à sua volta.

(p. 65)

Aimé Césaire em *Discurso sobre o Colonialismo*. Livraria Sá da Costa Editora, 1978.

### **Abolição e Seu Caráter Mais Perverso**

A abolição da escravatura no Brasil foi um processo gradual, contraditório e conflituoso. Começou com a Lei Eusébio de Queirós, de 1850, seguida pela Lei do Ventre Livre, de 1871, e pela Lei dos Sexagenários, de 1885, até a Lei Áurea, em 1888.

### **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**

Florestan Fernandes

Reflexões...

"O povo emerge na história. Trata-se do negro e do mulato porque foi esse contingente da população nacional que teve o pior ponto de partida para a integração ao regime social que se formou ao longo da desagregação da ordem social escravocrata e senhorial e do desenvolvimento posterior do capitalismo no Brasil."

"A desagregação do regime escravocrata e senhorial operou-se no Brasil sem que se cercasse a destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que os protegessem na transição para o sistema de trabalho livre.

Os senhores foram eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos sem que o Estado, a igreja ou outra qualquer instituição assumisse encargos especiais que tivessem por objeto prepará-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho."

"O liberto viu-se convertido, sumária e abruptamente, em senhor de si mesmo, tornando-se responsável por sua pessoa, por seus dependentes, embora não dispusesse de meios materiais e morais para realizar essa proeza nos quadros de uma economia competitiva."

Para Florestan, as facetas da situação humana do antigo agente de trabalho escravo imprimiram à abolição o caráter de uma espoliação extrema e cruel. Ela se converteu, como asseveraria Rui Barbosa dez anos depois, numa "ironia atroz".

Como traduziu Luiz Gama os anseios de liberdade dos cativos: "faltam-lhes a liberdade de ser infelizes onde e como queiram".

Segundo Florestan, depois da abolição (13 de maio de 1888) pura e simples, a atenção dos senhores volta-se especialmente para os seus próprios interesses.

Para os libertos, faltariam os senhores. A abolição era uma dádiva: livravam-se de obrigações onerosas ou incômodas que os prendiam aos remanescentes da escravidão.

De um lado, a revolução abolicionista, apesar de seu sentido e conteúdo humanitários, fermentou, amadureceu e eclodiu como processo histórico de condenação do "antigo regime", em termos de interesses econômicos, valores sociais e ideais políticos da "raça" dominante.

A participação do negro no processo revolucionário chegou a ser atuante, intensa e decisiva, principalmente a partir da fase em que a luta contra a escravidão assumiu feição especificamente abolicionista.

Por sua própria condição, o negro passou a ser usado como massa de persuasão pelos brancos que combatiam o "antigo regime". E mesmo os abolicionistas mais íntegros e tenazes não puderam ser seus porta-vozes válidos.

A cena histórica era insensível às reivindicações que não terminavam com a "liberdade da pessoa humana", mas iam além dela, exigindo-a como mera conclusão preliminar.

E os escravos, como ficam?

O autor de *Integração do Negro na Sociedade de Classes* assim se expressa: "Aí, os ex-escravos tinham de concorrer com os chamados 'trabalhadores nacionais', que constituíam um verdadeiro exército de reserva (mantido fora de atividades produtivas em regiões prósperas, em virtude da degradação do trabalho escravo), e, principalmente, com a mão de obra importada da Europa, com frequência constituída por trabalhadores mais afeitos ao novo regime de trabalho e às suas implicações econômicas ou sociais. Os efeitos dessa concorrência foram altamente prejudiciais aos antigos escravos, que não estavam preparados para enfrentá-la..."

Aqui começa a marginalização do negro. Embora seu estudo se pautasse na cidade de São Paulo, Florestan assim descreveu a funcionalidade do mito da democracia racial:

"O mito [...] teve alguma utilidade prática, mesmo no momento em que emergia historicamente [...]; tal utilidade evidencia-se em três planos distintos. Primeiro, generalizou em estado de espírito farisaico, que permitia atribuir à incapacidade ou à irresponsabilidade do 'negro' os dramas humanos da 'população de cor' da cidade, com o que eles atestavam como índices insofismáveis de desigualdade econômica, social e política na ordenação das relações sociais. Segundo, isentou o 'branco' de qualquer obrigação, responsabilidade ou solidariedade morais de alcance social [...] perante a deterioração progressiva da situação socioeconômica do negro e do mulato. Terceiro, revitalizou a técnica de focalizar e avaliar as relações entre 'negros e brancos' através de exterioridades ou aparências dos ajustamentos raciais, forjando uma consciência falsa de realidade racial brasileira".

E, segundo ele, esta última técnica foi a mais duradoura, levando à impressão de uma consciência falsa da realidade racial, suscitando um extenso elenco de falsas convicções, a saber: a ideia de que " negro não tem problemas no Brasil"; que, pela própria índole do povo brasileiro, "não existem distinções raciais entre nós"; que as oportunidades de acumulação de riqueza, de prestígio social e de poder "foram indistinta e igualmente acessíveis a todos, durante a expansão urbana e industrial da cidade de São Paulo"; que "o preto está satisfeito" com sua condição social e seu estilo de vida em São Paulo; e que não existe, nunca existiu, nem existirá outro problema de justiça social com referência ao "negro".

Excetuando-se evidentemente aquilo que foi resolvido pela revogação do estatuto servil (escravidão) e pela universalização da cidadania.

Tal visão de mundo expõe os reais interesses da elite dessa grande lavoura: ou se sacrificava esta população saída do trabalho servil (escravidão), leia-se o negro, ou não se punha em prática a nova ordem do trabalho livre de substituição populacional.

Era pegar ou largar.

### **Racismo no Século XXI**

Pela primeira vez na história da humanidade, a palavra “negro” deixa de remeter unicamente à condição atribuída aos genes de origem africana durante o primeiro capitalismo (predações de toda a espécie, desapossamento da autodeterminação e, sobretudo, das matrizes do possível, que são o futuro e tempo). A este novo carácter descartável e solúvel, à sua institucionalização enquanto padrão de vida e à sua generalização ao mundo inteiro, chamamos de devir-negro do mundo.

Achille Mbembe em *Crítica da Razão Negra*. Tradução de Marta Lança. Editora Antígona, 2014, p. 18.

### **Vertiginoso Conjunto**

Três momentos marcaram a biografia deste vertiginoso conjunto. O primeiro foi a espoliação organizada quando, em proveito do tráfico atlântico (séculos XV a XIX), homens e mulheres originários da África foram transformados em homens-objeto, homens-mercadoria e homens-moeda. Aprisionados no calabouço das aparências, passaram a pertencer a outros, que se puseram hostilmente a seu cargo, deixando assim de ter nome ou língua própria. Apesar de a sua vida e o seu trabalho serem a partir de então a vida e o trabalho dos outros, com quem estavam condenados a viver, mas com quem era interdito ter relações co-humanas, eles não deixariam de ser sujeitos ativos.

O segundo momento corresponde ao acesso à escrita e tem início no final do século XVIII, quando, pelos seus próprios traços, os negros, estes seres-capturados-pelos-outros, conseguiram articular uma linguagem para si, reivindicando o estatuto de sujeitos completos do mundo vivo. Tal período, pontuado por inúmeras revoltas de escravos, pela independência do Haiti em 1804, por combates pela abolição do tráfico, pelas descolonizações africanas e lutas pelos direitos cívicos nos Estados Unidos, viria a completar-se com o desmantelamento do apartheid, nos últimos anos do século XX.



O terceiro momento (início do século XXI) refere-se à globalização dos mercados, à privatização do mundo sob a égide do neoliberalismo e do intrincado crescimento da economia financeira, do complexo militar pós-imperial e das tecnologias eletrônicas e digitais.

Por neoliberalismo, entenda-se uma fase da história da humanidade dominada pelas indústrias do silício e pelas tecnologias digitais. O neoliberalismo é a época ao longo da qual o tempo (curto) se presta a ser convertido em força reprodutiva da forma-dinheiro. Tendo o capital atingido o seu ponto de fuga máximo, desencadeou-se um movimento de escalada. O neoliberalismo baseia-se na visão segundo a qual “todos os acontecimentos e todas as situações do mundo vivo (podem) deter um valor no mercado”.

[...]

Assombrado por seu duplo funesto, o capital, designadamente o financeiro, define-se agora como ilimitado, tanto do ponto de vista dos seus fins como dos seus meios.

[...]

Já não há trabalhadores propriamente ditos. Já só existem nômadas do trabalho. Se ontem o drama do sujeito era ser explorado pelo capital, hoje, a tragédia da multidão é não poder já ser explorada de todo, é ser objeto de humilhação numa humanidade supérflua, entregue ao abandono, que já nem é útil ao funcionamento do capital. Tem emergido uma forma inédita da vida psíquica apoiada na memória artificial e numérica e em modelos cognitivos provindos das neurociências e da neuroeconomia. Não sendo os automatismos psíquicos e os tecnológicos mais do que duas faces da mesma moeda, vai se instalando a ficção de um novo ser humano, “empresário de si mesmo”, plástico e convocado a reconfigurar-se permanentemente em função dos artefatos que a época oferece.

Este novo homem, sujeito do mercado e da dívida, acha-se um puro produto do acaso natural. [...] Apenas um entre os outros animais não tem nenhuma essência própria a proteger ou salvaguardar. Não tem, a priori, nenhum limite para a modificação da sua estrutura biológica e genética.

Distingue-se, em vários aspectos, do sujeito trágico e alienado da primeira industrialização. Em primeiro lugar, é um indivíduo aprisionado no seu desejo. A sua felicidade depende quase inteiramente da capacidade de reconstruir publicamente sua vida íntima e de oferecê-la num mercado como produto de troca. Sujeito neuroeconômico absorvido pela dupla inquietação exclusiva da sua animalidade (a reprodução biológica da sua vida) e da sua coisificação (usufruir dos bens deste mundo), este *homem-coisa*, *homem-máquina*, *homem-código* e *homem-fluxo* procura antes de mais regular a sua conduta em função de normas do

mercado, sem hesitar em autoinstrumentalizar e instrumentalizar outros para otimizar a sua quota-parte felicidade.

[...]

Passando doravante o ciclo do capital a ir da imagem para a imagem, a imagem tornou-se um fator de aceleração das energias instintivas. Da potencial fusão do capitalismo e do animismo resultam algumas consequências determinantes para a nossa futura compreensão de raça e do racismo. Desde logo, os riscos sistemáticos aos quais os escravos negros foram expostos durante o primeiro capitalismo constituem agora, se não a norma, pelo menos o quinhão de todas as humanidades subalternas. Depois, a tendencial universalização da condição negra é simultânea com a instauração de práticas imperiais inéditas que devem tanto às lógicas escravagistas de captura e de predação como às lógicas coloniais de ocupação e exploração, ou seja, às guerras civis ou *razzias* de épocas anteriores.

Achille Mbembe em *Crítica da Razão Negra*. Tradução de Marta Lança. Editora Antígona, 2014, p. 12-16.

## **Genocídio do Negro: Brasil Século XXI**

### **UPP: Polícia Pacificadora?**

A geografia do Rio de Janeiro, assim como várias outras cidades da América, é uma geografia estruturada em torno do litoral, não concêntrica. Então, a região da Zona Sul mais próxima ao litoral é a região privilegiada historicamente, sendo a Zona Norte uma região de descaso histórico do poder público. Não é à toa que as UPPs foram implementadas inicialmente na Zona Sul.

As UPPs se mostraram como mais uma manifestação do Estado policial no Brasil. Implementadas em 2008, elas reforçam a ideia de que a polícia é o centro do debate social e que deve mediar todos os conflitos de uma comunidade. Prova disso é que uma das propostas absurdas, em andamento, coloca na mão dos policiais a responsabilidade pelo acompanhamento da frequência escolar.

O Estado policial invade a sociedade com seus tentáculos de força. A UPP Nova Brasília, no Complexo do Alemão, foi instalada dentro de uma escola pública que atende alunos dos ensinos fundamental e médio. Vemos a falência do projeto de uma polícia pacificadora, envolvida em diversos casos de violência e humilhação. Voltamos a enxergar, por detrás do véu da pacificação, a mesma polícia que historicamente é racista, autoritária e letal.

Cartografia Nou Pap Obey (Não Vamos Obedecer). Disponível em: [issuu.com/invisiveisproducoes](http://issuu.com/invisiveisproducoes).

### **Favelas: População do Exército Inimigo**

Após a abolição tardia da escravidão, em 1888, a população negra, abandonada à sua sorte, sem uma estrutura social e econômica que a acolhesse, migra para áreas urbanas.

Em um processo simultâneo, o governo brasileiro estimula a vinda de imigrantes europeus e japoneses para o Brasil para que possam “embranquecer” a nação. Os postos de trabalho do início da industrialização nas cidades passam a ser ocupados pelos imigrantes. Aos negros é relegado o trabalho informal e a marginalização. Não à toa até hoje o serviço doméstico é a maior categoria de trabalho do Brasil, entre muitos exemplos.

Nesse contexto, surgem as favelas. O Morro da Providência é a mais antiga favela, cujo identifica este processo de moradia e vida precárias. Soldados vindos da Guerra de Canudos (1896-1897) apelidaram o Morro da Providência de “favela”, pois era a planta que nomeava o morro em que os soldados ficavam em Canudos. As favelas marcaram a cidade do Rio de Janeiro e foram invisibilizadas até poucas décadas atrás. Não constavam nos mapas oficiais, não constavam nos números oficiais. Servindo como “depósito” de mão de obra barata para todo o funcionamento da cidade.

No censo de 2010, os moradores das favelas no Rio de Janeiro correspondem a 22% da população da cidade. Muito antes, com a chegada do ciclo do tráfico de drogas, a favela se tornou o estereótipo do cenário do confronto armado pelo comércio de drogas.

Com o processo de crescimento do tráfico de drogas internacional e a afirmação do Rio de Janeiro como uma rota fundamental, há um processo de afirmação de controle das favelas pelos assaltantes mais graduados. Grupos que vinham se constituindo como grupos criminosos e vinham afirmando seu poder; e, para defender o seu território, começam a buscar cada vez mais armas pesadas. A polícia, por sua vez, começa a afirmar a necessidade de ter armas pesadas para enfrentar esses grupos. Começa uma corrida armamentista, que envolve os diferentes grupos e envolve as forças policiais. A lógica da guerra continua a perpassar todo o processo de relação do Estado com esses grupos criminosos, sendo o terreno fundamental, a arena fundamental, as favelas. O que é a população

das favelas para o Estado, hoje ainda? É a população civil do inimigo. É uma guerra de aniquilamento. E a população da favela sofre os "efeitos colaterais" desse processo de guerra. A lógica de combate ao tráfico de drogas é feita a partir de um lugar específico, contra um sujeito específico: moleques negros, pobres, das periferias e das favelas. Essa é a lógica. Então, quando há essa definição de crime, a definição do criminoso, e se joga todo o peso do Estado na estratégia de reduzir o acesso desse grupo aos usuários, você termina construindo uma política genocida.

Jailson de Souza, do Observatório de Favelas, no filme *Arquitetura da Exclusão*.

Cartografia Nou Pap Obey (Não Vamos Obedecer). Disponível em: [issuu.com/invisiveisproducoes](http://issuu.com/invisiveisproducoes).

### **Morte de Jovens Negros Cresce**

"O número é superior à média anual de mortes em conflitos como o da guerra civil de Angola, com 20,3 mil mortos entre os anos de 1975 e 2002."

"Esses dados reiteram a ideia de genocídio dos jovens pretos e pardos, lançada pelo movimento negro em 2007."

"Segundo Silvério, o debate ainda é marginal e tímido porque o Brasil é uma sociedade racista desde os tempos da colônia. 'Há uma ideologia da mestiçagem que nega o recorte de cor. E, se você coloca esse recorte, se torna algoz, e não vítima'."

"Para Cláudio Beato, da UFMG, essa é uma questão racial que se confunde com uma questão econômica. 'Quem morre no Brasil é pobre e essa parcela se confunde com a população preta e parda. O dramático é assistirmos passivamente a essa tragédia. Isso porque é um governo que diz se preocupar com os pobres'."

"Ou seja, na Paraíba e em Pernambuco, o jovem negro tem mais chance ser assassinado não porque lá haja mais pretos e pardos que brancos, mas porque a vulnerabilidade deles é maior."

Fernanda Mena, em *Folha de S.Paulo*, 5 de janeiro de 2015.

Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/01/1570527-morte-de-jovens-negros-cresce-21-em-5-anos-no-pais.shtml>.

## **Golpe Branco**

**por Daniel Lima**

Sim, o golpe é baseado no extermínio da juventude negra.

O extermínio da juventude negra é base de toda a ilegalidade do Estado brasileiro. E aqui, há que se fazer uma crítica direta aos governos de esquerda que não tomaram o extermínio da juventude negra pelas forças policiais do Brasil como uma prioridade a ser combatida. Como falar de legalidade de Estado, legalidade dos processos democráticos, quando não se assegura a integridade física e a vida da parcela mais jovem e vulnerável da população?

A força policial brasileira é a que mais mata no mundo, de acordo com o relatório da Anistia Internacional. Aqui, a nação desenha a face mais perversa do racismo institucional: a morte violenta do jovem negro pelas forças do Estado.

O Brasil aparece como o país que tem o maior número geral de homicídios. Em 2014, 15,6% dos homicídios tinham um policial no gatilho. Segundo o relatório da Anistia Internacional, eles atiram em pessoas que já se renderam, que já estão feridas e sem uma advertência que permitisse que o suspeito se entregue.<sup>5</sup> Além da morte pelas forças policiais, a juventude negra passou nas últimas décadas por um verdadeiro extermínio sistemático. Uma epidemia de assassinatos na periferia das grandes cidades do país.

O número de vítimas de homicídio entre 1 e 19 anos cresceu 475% em 23 anos, sendo os negros os mais atingidos.<sup>6</sup>

As esquerdas brasileiras não souberam equacionar esse problema, colocaram a questão de escanteio, sem prioridade, e hoje colhem os frutos de um Estado policial.

Não é à toa que o golpe à presidentia começou em um contexto de ações policiais judiciárias. O que vemos é um Estado policial que tomou conta do Brasil, e que tem o seu início e a sua semente na atuação ilegal, racista e genocida em relação à juventude negra.

Daniel Lima em *Golpe Branco* (disponível em [https://issuu.com/invisiveisproducoes/docs/cartografia\\_golpe\\_branco\\_07\\_layout](https://issuu.com/invisiveisproducoes/docs/cartografia_golpe_branco_07_layout) ).

---

<sup>5</sup> Ver <http://g1.globo.com/globo-news/noticia/2015/09/forca-policial-brasileira-e-que-mais-mata-no-mundo-diz-relatorio.html>.

<sup>6</sup> Ver [http://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/29/politica/1467227156\\_026422.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/29/politica/1467227156_026422.html).

## **Mapa da Violência na Cidade de São Paulo**

Conheça os dados do seminário Juventude, Segurança Pública e Direitos Humanos:

<https://www.portaldajuventude.prefeitura.sp.gov.br/noticia/conheca-os-dados-do-seminario-juventude-seguranca-publica-e-direitos-humanos/>.

I Seminário Municipal de Segurança Pública e Direitos Humanos:

<https://www.portaldajuventude.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2015/12/Juventude-e-violencia-no-municipio-de-Sao-Paulo.pdf>.